



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ

PORTARIA Nº 426, DE 18 DE JUNHO DE 2019.

Institui a Comissão de Gênero e Raça da PR/CE.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ, considerando o disposto na Lei nº 13.024/2014, no [Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 01/2014](#) e na [Portaria PRCE nº 499/2014](#) e a delegação de competência conferida pela [Portaria PGR nº 740/2014](#),

CONSIDERANDO o teor do Ofício Circular Nº 01/2019/CGGR, que sugeriu a criação de Comissão de Gênero e Raça em todas as unidades estaduais e regionais do MPF para fortalecer as práticas de gestão que assegurem e promovam a equidade de gênero e raça,

CONSIDERANDO consulta realizada na PR/CE e nas PRMs vinculadas sobre o interesse em compor a Comissão de Gênero e Raça da PR/CE,

RESOLVE:

Art.1º Instituir a Comissão de Gênero e Raça da Procuradoria da República no Ceará.

Art. 2º Designar os membros e servidores abaixo para, sob a presidência do primeiro, comporem a presente Comissão:

MATRÍCULA	NOME	CARGO
142	OSCAR COSTA FILHO	PROCURADOR DA REPÚBLICA
1052	ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA	PROCURADORA DA REPÚBLICA
27615	CAIO BARBOSA PORTELA	ANALISTA DO MPU/PERÍCIA/ENGENHARIA CIVIL
39100	GRAZIELLY SOARES DA SILVA	ESTAGIÁRIA

Art. 3º O escopo da Comissão é discutir a temática de equidade e transversalização de gênero e raça nas instituições públicas, bem como buscar implementar medidas que favoreçam, assegurem e promovam a equidade de gênero e raça no âmbito do Ministério Público Federal no

Ceará.

Art. 4º A Comissão manterá contato com o Comitê Gestor de Gênero e Raça do MPF – CGGR/PGR, tanto para capacitação de seus integrantes nos temas do Programa Pró- equidade de Gênero e Raça, como para dialogar sobre as ações que desenvolve.

Art. 5º Dê-se ciência aos membros e servidores da PR/CE e PRMs vinculadas e ao Comitê Gestor de Gênero e Raça do MPF.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO MOREIRA CONRADO
Procurador-Chefe da PR/CE

[Este texto não substitui o publicado no DMPF-e, Brasília, DF, 21 jun. 2019. Caderno administrativo, p. 12.](#)

MPF
Ministério Público Federal